



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO**

DECLARAÇÃO

**DECLARA QUE HOUVE ALTERAÇÃO,
REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES,
VANTAGENS, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E REAJUSTES
SALARIAIS NO ANO DE 2022, NA CÂMARA
MUNICIPAL DE ICONHA.**

Eu, EDIANA CARLA CURITIBA, Presidente da Câmara Municipal de Iconha, Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000, vem à presença de Vossa Excelência, DECLARAR que houve alteração, reestruturação de cargos, funções, vantagens, adicionais, auxílios e reajustes salariais no ano de 2022, na Câmara Municipal de Iconha, conforme Leis e resolução descritas e anexas a seguir:

- LEI Nº 1.298 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2022. "ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 678/2011, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- LEI Nº 1.321 DE 29 DE JUNHO DE 2022. "CRIA GRATIFICAÇÃO PARA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- LEI Nº 1.323 DE 30 DE JUNHO DE 2022. "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 678/2011, QUE DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- RESOLUÇÃO Nº 002/2022. "ALTERA DIPOSITIVO DA RESOLUÇÃO Nº 001/2013, QUE CONCEDE TIQUETE ALIMENTAÇÃO DESTINADO AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Por ser verdade, firmo o presente.

Iconha-ES, 21 de março de 2023.

Ediana Carla Curitiba
Presidente da Câmara Municipal de Iconha



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA-ES

LEI Nº 1.298 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2022.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 678/2011, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA/ES, usando de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, bem como os arts. 70 e 71, da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica alterado o Anexo IV da Lei n.º 678, de 14 de dezembro de 2011, para que o cargo de Controlador Interno, na organização administrativa da Câmara Municipal de Iconha, passe a receber referência CC-2 e vencimento conforme o Anexo I desta presente lei.

Art. 2º - Fica alterada a alínea "D" do artigo 34 juntamente com seu anexo IV, para que o cargo de Chefe de Gabinete, na organização administrativa da Câmara Municipal de Iconha passe a receber referência CC-3 e vencimento conforme o Anexo I da presente Lei, com a exigência de nível superior completo em qualquer área de formação; passando a vigorar com a seguinte redação:

D) CHEFE DE GABINETE

Requisitos:

- Formação em curso de nível superior completo em qualquer área de formação;
- Encaminhar as matérias de interesse da municipalidade da Câmara, quando autorizados pelo Presidente, para publicações nos órgãos da imprensa;
- Realizar as atividades de relações públicas da Câmara, juntamente com seu superior hierárquico;
- Executar as tarefas a ela dirigida pelos superiores hierárquicos, não podendo contestar suas atitudes, nem levar ao conhecimento de outro colega, a não ser, quando autorizado pelo superior;
- Prestar assistência à Presidência do Legislativo em suas relações com órgãos e entidades públicas, privadas e associações de classe;
- Preparar e expedir a correspondência da Presidência;
- Realizar as atividades de relações públicas da Câmara Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA-ES

- Encaminhar projetos e outros documentos para apreciação do Presidente da Câmara;
- Auxiliar o Presidente em suas relações com autoridades e com o público em geral;
- Executar outras atividades correlatas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir de 01/02/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iconha, aos 03 (três) dias do mês de fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois).

GEDSON BRANDÃO PAULINO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA-ES

Anexo I

Denominação do cargo	Referência	Remuneração (R\$)	Quantitativo
Diretor administrativo	CC-1	R\$ 4.711,77	1
Procurador Geral	CC-1	R\$ 4.711,77	1
Controlador Interno	CC-2	R\$ 3.324,26	1
Chefe de Gabinete	CC-3	R\$ 2.612,20	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA-ES

LEI Nº 1.321 DE 29 DE JUNHO DE 2022.

CRIA GRATIFICAÇÃO PARA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, bem como os arts. 70 e 71, da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica criada a Gratificação para Agente de Contratação, em conformidade com a nova Lei de Licitações, a Lei Federal 14.133/2021, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do servidor público designado para a referida função, resguardado o pagamento mínimo da quantia de R\$ 700,00(setecentos reais).

Gabinete do Prefeito Municipal de Iconha, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois).

GEDSON BRANDÃO PAULINO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA-ES

LEI Nº 1.323 DE 30 DE JUNHO DE 2022.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 678/2011, QUE DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, bem como os arts. 70 e 71, da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - O artigo 36 da Lei Municipal nº 678, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36 - Fica criado adicional de aperfeiçoamento profissional, que será concedido aos procuradores efetivos que, a partir desta lei, venham computar titulação especial conferida por reconhecida Instituição de Ensino:

I - Títulos de especialista (pós-graduação) em Direito em área vinculada ao Direito Público, correspondente a 30% (trinta por cento) sobre a remuneração do cargo.

§1º - Aos títulos de especialista previstos no inciso I, será possível o acúmulo de até uma especialização e adicional.

§2º - Em caso de extinção ou redução do adicional descritos nesta lei, fica garantido o adicional do caput, no percentual descrito no inciso I, aos procuradores que já tiverem iniciado o curso para a referida titulação, com posterior incorporação em seus vencimentos dos valores (percentuais) descritos nesta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iconha, aos 30 (trinta) dias do mês de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois).

GEDSON BRANDÃO PAULINO
PREFEITO MUNICIPAL



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA-ES
PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA/ES
CNPJ: 03.251.599/0001-24
CERTIFICO QUE O PRESENTE ATO FOI
PUBLICADO NO ÁTRIO DESTA CASA DE LEIS
CONFORME O ART. 84 DA LEI ORGÂNICA
MUNICIPAL. 19/01/2022

Gabriela Anholati Pereira
Diretora Administrativa
Câmara Municipal de Iconha

RESOLUÇÃO Nº 002/2022.

Altera dispositivo da Resolução nº 001/2013, que concede tíquete alimentação destinado aos servidores da Câmara Municipal de Iconha e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Iconha, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou a ela sanciona a seguinte Resolução.


Art 1º. O *caput* do artigo 1º da Resolução nº 001/2013, de 10 de abril de 2013, que "Concede tíquete alimentação destinado aos servidores da Câmara Municipal de Iconha e dá outras providências", passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a conceder auxílio-alimentação aos Servidores, no valor de R\$ 438,00 (quatrocentos e trinta e oito reais) mensais, independente de recebimento de diárias, não constituindo verba de caráter remuneratório, bem como não acumulável com outras auxílios de espécie semelhante.

Art 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2022.

Iconha/ES, 19 de janeiro de 2022.


Vitor Martins Caprini
Presidente


Fábio Lopes Dalbom
Vice-Presidente


Ediana Carla Curitiba
Secretária